

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(valores em milhares de reais)

01 Contexto Operacional

A CETESB, empresa de economia mista constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem como atribuições legais o exercício do controle da qualidade do meio ambiente - água, ar e solo - bem como as funções de pesquisas e serviços científicos e tecnológicos direta e indiretamente relacionados com seu campo de atuação.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória – MP nº 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”. A aplicação da referida Lei e MP é obrigatória para demonstrações contábeis anuais de exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2008.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes principais impactos nas demonstrações contábeis:

a. Ajuste a valor presente

Contas a receber de clientes e de outros créditos com vencimentos a longo prazo foram ajustados a valor presente, bem como as obrigações de longo prazo.

b. Reserva de Reavaliação

A Companhia optou em manter os saldos até a sua efetiva realização.

c. Ativo Intangível

Gastos ativados dos softwares foram reclassificados do imobilizado para o intangível.

d. Ativo Diferido

A Companhia optou em reclassificar o saldo a amortizar.

Conforme permitido pelo Pronunciamento CPC-13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, a administração da Companhia optou por não rerepresentar cifras comparativas ajustadas, conforme a norma NPC nº 12 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros. As mudanças de práticas contábeis acima descritas afetaram o patrimônio líquido e o resultado do exercício de 2007, no montante indicado a seguir:

	Patrimônio Líquido 31/12/2007	Resultado do Exercício de 2008
Saldo originalmente apresentado	289.165	1.296
(a) ajuste a valor presente	10.475	16.570
(b) ativo diferido	0	-79
Saldo pela Lei 11.638/07	299.640	17.787

03 Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b. Aplicações Financeiras

Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros proporcionais até a data do balanço.

c. Estoques

Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.

d. Investimentos

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.

e. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e acrescido de valores de reavaliação sobre imóveis, realizada no exercício de 2003.

A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003 como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.

f. Ativo Intangível – Programas de Computador (Softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 7.

g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

As férias vencidas, as proporcionais, a licença prêmio e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.

h. Arrecadação de Multas

Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados nas contas de compensação e são contabilizados como resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado.

04 Aplicações Financeiras

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Livres	45.812	25.298
Vinculadas a Convênios	14.407	13.443
	<u>60.219</u>	<u>38.741</u>

05 Parcelamentos a Receber

e	Realizável a Longo Prazo			
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Multas Fontes Móveis	9.010	9.391	235	319
Multas Fontes Estacionárias	5.490	4.832	2.637	2.480
Licenças Instalação/Func.	20	172	0	0
Assistência Médica	65	125	222	53
Outros	27	27	0	0
Prov.Créd.Liquidação Duvid.	-5.488	-4.302	0	0
Atualização Monetária	-1.825			
	<u>7.299</u>	<u>10.245</u>	<u>3.094</u>	<u>2.852</u>

06 Imobilizado

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.	2008		2007	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	14.849	0	14.849	15.684
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	40.737	10.290	30.447	29.783
Rede Telemétrica	10	5.310	4.902	408	434
Máquinas e equipamentos	10	38.539	22.584	15.955	14.889
Móveis e utensílios	10	4.908	3.299	1.609	1.619
Veículos e embarcações	20 e 5	9.007	6.542	2.465	3.531
Microcomputadores e periféricos	20	8.627	5.958	2.669	1.983
Laboratório volante e de testes de Veículos	10	921	921	0	0
Benfeitorias em propriedade terc.	20	3.866	1.538	2.328	2.261
Imobilizações em andamento		8.799	0	8.799	10.811
Software		0	0	0	622
Outros	4	967	97	870	873
TOTAL		136.530	56.131	80.399	82.490

b. Movimentação do Custo

	2007	2008		Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Terrenos	15.684	0	835	14.849
Edifícios e instalações	38.612	2.125	0	40.737
Rede Telemétrica	5.218	92	0	5.310
Máquinas e equipamentos	35.173	3.487	121	38.539
Móveis e utensílios	4.739	293	124	4.908
Veículos e embarcações	8.861	146	0	9.007
Microcomputadores e periféricos	7.507	1.631	511	8.627
Laboratório volante e de testes de Veículos	921	0	0	921
Benfeitorias em propriedade terc.	3.670	196	0	3.866
Imobilizações em andamento	10.812	3.312	5.325	8.799
Outros	967	0	0	967
TOTAL	132.164	11.282	6.916	136.530

A CETESB realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, a Deliberação CVM nº 183/95 e a Deliberação CODEC nº 01/91. No exercício de 2008 foi realizado contra a conta de Resultado a depreciação no montante de R\$ 312 mil (R\$ 312 mil em 2007).

07 Intangível

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.	2008		2007
		Custo	Depreciação	Líquido
Software	20	2.761	2.254	507
Total		2.761	2.254	507

b. Movimentação do Custo

	2007		2008	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	2.643	118	0	2.761
Total	2.643	118	0	2.761

08 Impostos e Contribuições a Recolher

	Exigível a Longo Prazo			
	2008	2007	2008	2007
Impostos e Contribuições	9.376	8.408	0	0
Impostos Res.Reavaliação	75	75	2.299	2.373
Parcelamento – INSS/FNDE	1.674	1.596	4.964	6.418
	<u>11.125</u>	<u>10.079</u>	<u>7.263</u>	<u>8.791</u>

09 Valores a Receber – Dívida Ativa

Com base em convênio firmado com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), a CETESB continua efetuando a inscrição na dívida ativa do Estado das multas ambientais de fontes estacionárias. O valor das multas é atualizado anualmente pela variação da UFESP.

Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

10 Contingências e Compromissos Assumidos

a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos

judiciais, relacionados a contingências:

	<u>Provisões para Contingências</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	24.276	53.844
Reclamações Cíveis	2.658	1.718
Total	26.934	55.562

b) A movimentação da provisão no exercício de 2008 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2007	55.562
Adições	23.419
Baixas	<u>-52.047</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>26.934</u>

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contencioso Cível – possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações propostas em face da empresa (mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para os fins de se realizar o provisionamento das possíveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se, de início, sido realizada a escoima dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios. Das perdas prováveis, o principal processo consiste na correção monetária por atraso de pagamento.
- Contingências Trabalhistas – consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2008	2007
Cíveis	4.563	4.257
Trabalhistas	30.392	24.374
	<u>34.955</u>	<u>28.631</u>

11 Reclamação Trabalhista Acordada

A reclamação trabalhista foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (SINTIUS) – Processo nº 519/1989 da 3ª Vara do Trabalho de Cubatão.

Estando o Processo em fase de execução, dos 80 empregados envolvidos, em 02/12/08, 55 acordos foram firmados. Em 12/02/09 mais 12 acordos firmados e em 09/03/09 a Companhia tem a expectativa de encerramento dos últimos acordos.

Neste contexto, a Companhia transferiu o montante de R\$ 49.395 mil de provisões para o passivo de curto e longo prazo.

	Exigível a Longo Prazo			
	2008	2007	2008	2007
SINTIUS	27.243	0	22.153	0
(-) pagamento efetuado em dez08	-4.568	0	0	0
Saldo	<u>22.675</u>	<u>0</u>	<u>22.153</u>	<u>0</u>

12 Patrimônio Líquido

- a. O capital social está representado por 4.494.291.418 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.
- b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, porém, baseada no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia constituiu Reservas de Lucros a Realizar, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros. Sendo assim, não houve distribuição de dividendos sobre o lucro do exercício.
- c. A Companhia contabilizou como Adiantamento para Aumento de Capital e contrapartida em Outras Contas a Receber, o valor de R\$ 2.670 mil referente a compromissos assumidos por parte da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em face da inscrição de Restos a Pagar de 2008, através da emissão do empenho 2008NE00547, do mesmo importe. Os recursos financeiros serão repassados pelo Tesouro do Estado, à medida que forem executados os projetos prioritários do governo.

13 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

14 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.